



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011681-13.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **ANTENOR BONI**
 Embargado: **FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ANTENOR BONI opõe embargos de terceiro contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, objetivando a desconstituição do ato construtivo que, no processo principal, recaiu sobre o veículo **Ford F-1000, 1980/1980, placas CYF 7467**, que adquiriu de boa-fé.

A embargada contestou (fls. 16/28) alegando alienação fraudulenta.

O juízo determinou ao autor a produção de prova documental (fls. 40), que foi apresentada (fls. 44/49), sobre a qual manifestou-se a embargada (fls. 52/53).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 1053 c/c art. 803, § único c/c art. 330, I do CPC, uma vez impertinente e irrelevante ao deslinde da lide a produção de prova oral ou pericial.

Há prova de que o veículo foi adjudicado pelos reclamantes de ação trabalhista (fls. 44/49) e que, por instrumento particular, posteriormente, em 2011 ainda (confirmam-se as datas das autenticações das firmas), foi adquirido pelo embargante (fls. 06/10).

O embargante adquiriu de boa-fé e não comprou fraudulentamente.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos e DESCONSTITUO o ato construtivo efetivado nos autos principais. CONDENO a embargada, ainda, em verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 500,00, salientando que houve resistência ao pedido, pois com a vinda dos documentos comprobatórios de ter a transação origem em adjudicação judicial (fls. 40/49), a embargada insistiu na tese de fraude à execução (fls. 52/53).

P.R.I.

São Carlos, 18 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**